

Revista Brasileira de Odontologia Legal – RBOL

ISSN 2359-3466

<http://www.portalabol.com.br/rbol>



Antropologia Forense

O POTENCIAL DA ODONTOLOGIA LEGAL PARA A IDENTIFICAÇÃO HUMANA DAS OSSADAS DO DEPARTAMENTO MÉDICO LEGAL DE VITÓRIA/ES

The potential of Forensic Dentistry for the identification of human bones in the Medical Department Legal of Vitória/ES

Luciana Vigorito MAGALHÃES¹, Karina Tonini dos Santos PACHECO^{2*}, Katia Souza CARVALHO³

¹ Cirurgiã-dentista graduada pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

² Professora Adjunta do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

³ Médica Legista do Departamento Médico Legal de Vitória/ES, Brasil.

Informação sobre o artigo

Recebido: 06 Ago 2015

Aceito em: 01 Set 2015

Autor para correspondência

Karina Tonini dos Santos Pacheco
Av. Marechal Campos, s/n, Maruípe.
Vitória, Espírito Santo, Brasil.
29.040-091
E-mail: kktionini@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução: Um dos papéis da Odontologia Legal está relacionado à identificação de vítimas devido às vantagens que o estudo dos dentes apresenta em relação às demais técnicas de identificação. O método odontológico constitui um dos melhores e mais eficientes métodos para identificação humana, devido a sua confiabilidade, baixo custo, facilidade e rapidez. Objetivo: Obter o perfil das ossadas não identificadas armazenadas no setor de Antropologia Forense do Departamento Médico Legal (DML) de Vitória/ES e verificar a possibilidade de identificação pelo método odontológico, caso houvesse documentação para comparação. Material e método: Estudo quantitativo, descritivo e transversal que analisou dados secundários de 90 ossadas examinadas entre agosto de 2012 a maio de 2015. Foram analisados ano de entrada no DML, local de procedência, composição do crânio, determinação de sexo, estimativa de idade, dentes ausentes *antemortem* e presentes, condição dental, terceiros molares e variações anatômicas. Resultados: A maioria das ossadas apresentou-se incompleta (53,33%), com entrada no DML nos últimos 15 anos (86,67%). Possuía, no mínimo, uma ausência dental *antemortem* (64,44%), apresentava até 16 dentes (55,78%) na hora do exame e terceiros molares ausentes ou inclusos (51,11%). Foram encontradas diversas condições dentais, como restaurações, cavitações e raízes residuais, além das variações anatômicas. Conclusão: O

perfil obtido mostrou que a maior parte das ossadas é do sexo masculino (47,78%), menor de 30 anos (32,22%) e procedente de cidades da Grande Vitória (41,11%). Caso houvesse documentação odontológica para comparação, ter-se-ia a identificação de 41 ossadas (45,55%), ampliando-se para 64 ossadas (71,11%) quando diferentes técnicas são associadas.

PALAVRAS-CHAVE

Odontologia Legal. Identificação Humana. Antropologia Forense.

INTRODUÇÃO

O Código Penal Brasileiro, no art. 37, define como identidade o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa¹. Já a identificação é o processo que compara esses caracteres, procurando coincidência entre os dados previamente registrados com os obtidos no presente. Na verdade, diz-se que identificar é provar, por meio técnico e científico que aquela pessoa é ela e não outra. Não se deve confundir identificação com reconhecimento, que nada mais é que um procedimento empírico baseado em conhecimento anterior, cuja base de sustentação é puramente testemunhal².

Um dos principais papéis da Odontologia Legal está relacionado à identificação de vítimas, devido às vantagens que o estudo dos elementos dentais apresenta em relação às demais técnicas de determinação da identidade³. A associação de técnicas

odontológicas com outras áreas, como a Antropologia, auxiliam na identificação⁴. O termo Forense implica uma ciência aplicada à Justiça, logo, a Antropologia Forense destina-se a analisar ossadas com o objetivo de proporcionar esclarecimentos à Justiça sobre, por exemplo, a causa e o tempo de morte e a identificação do indivíduo^{1,3}.

Normalmente um Instituto Médico Legal (IML) possui um setor de Antropologia Forense para onde são encaminhados os cadáveres putrefeitos, carbonizados ou reduzidos a esqueleto para estudo e identificação. Esse trabalho deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar de peritos especializados e o odontologista é membro indispensável nessa equipe, devido a seus conhecimentos específicos, principalmente sobre o crânio humano^{1,4}.

Pode-se afirmar que não existem duas pessoas com a mesma dentição em virtude da enorme variedade das características individualizadoras proporcionadas pelos dentes. Por isso, existe uma crescente tendência à aplicação do método odontológico na resolução dos problemas de identificação⁵.

Na atualidade, o auxílio prestado pela Odontologia Legal no processo de identificação humana não se limita apenas ao reconhecimento de trabalhos protéticos; o singelo e duvidoso reconhecimento cedeu lugar a um científico e seguro processo de identificação odontolegal⁶.

O método odontológico constitui um dos melhores e mais eficientes métodos para identificação humana, pois produz resultados plenamente confiáveis e tem como vantagens o baixo custo, facilidade e rapidez na aplicação⁶. Porém, há a necessidade da presença de documentação anterior à morte para confronto com os dados pós-morte⁴ e a grande limitação desse método se deve à falta de registros para comparação⁶.

Para a identificação pelo método odontológico, não existe um

número mínimo de pontos concordantes necessários para se estabelecer uma identificação positiva. A identidade é instituída quando há coincidências suficientes e não são encontrados aspectos discrepantes ou conflitantes, estabelecendo-se assim a identidade individual de uma pessoa^{7,4}. Contrariamente, a presença de um ou mais pontos incompatíveis entre si permite a exclusão durante o processo de identificação². A identificação humana pode conduzir às seguintes conclusões: identificação positiva, identificação possível, identificação insuficiente e identificação negativa ou exclusão⁸.

Um IML sem um odontologista é um órgão incompleto. Um médico possivelmente não saberá periciar de maneira correta uma lesão na cavidade oral ou extrair todas as informações necessárias de um odontograma⁹. A colaboração da Odontologia Legal é de valor incontestável⁴. No entanto, no Departamento Médico Legal (DML) de Vitória/ES, o odontologista ainda não está incluso nos cargos da Polícia Civil¹⁰ e as atividades de sua competência específica são

realizadas, muito sutilmente, por profissionais de outras áreas.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo obter o perfil das ossadas não identificadas armazenadas no setor de Antropologia Forense do DML de Vitória/ES e verificar, através do levantamento e análise dos dados, a possibilidade de identificação dessas ossadas pelo método odontológico, caso houvesse documentação para comparação.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e transversal, no qual foram analisados dados secundários coletados de fichas de exames em ossadas não identificadas armazenadas no setor de Antropologia Forense do DML de Vitória/ES. Essas fichas foram produzidas durante o projeto de extensão “Odontologia Legal no DML” no período de agosto de 2012 a maio de 2015. Foram excluídas da pesquisa as fichas de ossadas não humanas, ossadas que não possuíam crânio e mandíbula, que apresentavam estado de conservação precário que impossibilitou a correta

interpretação dos caracteres ou que não apresentaram informações suficientes para enquadrar-se na pesquisa. No total, foram analisadas 97 fichas de ossadas e, quando aplicados os critérios de exclusão, sete ossadas foram retiradas da pesquisa e a amostra final foi composta por 90 ossadas.

A coleta dos dados foi feita a partir de um instrumento criado para obtenção das informações das fichas e as seguintes variáveis foram coletadas: ano de entrada no DML, local de procedência, composição do crânio, determinação de sexo, estimativa de idade, dentes ausentes *antemortem* e presentes, presença de cavitação, restauração, raiz residual, terceiros molares e variações anatômicas.

Para o cálculo da possibilidade de identificação, como não há descrito na literatura uma quantidade mínima específica de pontos coincidentes para se estabelecer a identificação positiva, a pesquisa considerou possível de identificação, inicialmente, as fichas de ossadas que continham descritas a presença de, no mínimo, três características individualizadoras estritamente odontológicas, como

particularidades dentais e variações anatômicas e este valor foi calculado. Um segundo cálculo foi feito, considerando possível de identificação as fichas de ossadas que continham descritas a presença de, no mínimo, uma característica individualizadora estritamente odontológica mais as informações de determinação de sexo e estimativa de idade e um novo valor foi encontrado. Estes dois valores encontrados foram considerados como ossadas identificáveis. Os dados foram analisados através de estatística descritiva, por meio de frequências numéricas e percentuais, com auxílio do software Epi Info™⁷.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo, constatado pelo parecer nº 999.569. A pesquisa foi realizada de acordo com a Resolução no 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

Os dados obtidos sobre ano de entrada no DML, local de procedência e composição das ossadas são apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Frequência numérica e percentual do ano de entrada no DML, local de procedência e composição das ossadas. Vitória/ES, 2014.

Ano de entrada	N	%
1990-1999	8	8,89%
2000-2009	44	48,89%
2010-2015	34	37,78%
Sem informação	4	4,44%
Local de procedência	N	%
Grande Vitória	37	41,11%
Região Norte	22	24,44%
Região Sul	10	11,11%
Sem informação	21	23,34%
Composição da ossada	N	%
Completa	42	46,67%
Incompleta, apenas crânio	45	50%
Incompleta, apenas mandíbula	3	3,33%
Total	90	100%

Quanto ao sexo, 43 ossadas (47,78%) foram determinadas sendo do sexo masculino, enquanto 25 (27,78%) foram determinadas como sexo feminino. Em 22 ossadas (24,44%) não foi possível determinar o sexo.

Quanto à idade, 29 ossadas (32,22%) apresentaram estimativa de idade menor de 30 anos, 27 (30%) entre 30 e 50 anos e 22 (24,44%) maior de 50 anos de idade. Em 12 ossadas (13,34%) não foi possível estimar a idade.

Quanto à quantidade de dentes ausentes *antemortem*, 32 ossadas (35,56%) não possuíam nenhum dente ausente, 30 (33,33%) possuíam até 5 dentes ausentes, 8

(8,89%) possuíam entre 6 a 10 dentes e 20 (22,22%) possuíam 11 ou mais dentes ausentes *antemortem*.

Quanto à quantidade de dentes presentes na hora do exame, tem-se que 18 ossadas (20%) não possuíam nenhum dente, 30 (33,33%) possuíam entre 1 a 8 dentes para serem examinados, 22 (24,45%) possuíam 9 a 16 dentes, 14 (15,55%) possuíam entre 17 a 24 dentes e 6 (6,67%) possuíam entre 25 a 32 dentes presentes.

A tabela 2 correlaciona a quantidade de dentes presentes com a presença de, no mínimo, uma cavitação, restauração e raiz residual.

Tabela 2 – Frequência numérica e percentual das alterações dentais por número de dentes presentes. Vitória/ES, 2014.

1 a 8 dentes presentes (n= 30)	N	%
Cavitação	5	16,66%
Restauração	7	23,33%
Raiz residual	10	33,33%
9 a 16 dentes presentes (n= 22)	N	%
Cavitação	7	31,81%
Restauração	6	27,27%
Raiz residual	7	31,81%
17 a 24 dentes presentes (n= 14)	N	%
Cavitação	4	28,57%
Restauração	6	42,85%
Raiz residual	0	0
25 a 32 dentes presentes (n= 6)	N	%
Cavitação	4	66,66%
Restauração	3	50%
Raiz residual	3	50%
Total	72	100%

A presença ou não de terceiros molares foi definida pela inspeção visual, considerando que os possuía quando visualizados (dente presente ou alvéolo compatível com perda pós-morte) e ausentes ou inclusos quando não visualizados. Para isto, obteve-se que em 46 ossadas (51,11%) os terceiros molares estavam ausentes ou inclusos, enquanto 44 ossadas (48,89%) possuíam estes dentes.

Quanto à presença de variações anatômicas, tem-se que 17 ossadas (18,88%) apresentavam, no mínimo, uma variação anatômica. Algumas fichas apresentaram, também, anotações sobre outras informações importantes observadas nas ossadas. A distribuição das variações anatômicas e observações encontradas nas ossadas são mostradas na tabela 3.

Tabela 3 – Frequência numérica e percentual das variações anatômicas e observações encontradas nas ossadas. Vitória/ES, 2014.

Variação anatômica	N	%
Giroversão dental	7	29,17%
Perda óssea compatível com doença periodontal	6	25%
Exostose	3	12,5%
Atrição severa	2	8,33%
Abrasão severa	1	4,17%
Diastema em dente anterior	1	4,17%
Decíduo persistente	1	4,17%
Dente retido	1	4,17%
Dente supranumerário	1	4,17%
Pérola de esmalte	1	4,17%
Total	24	100%
Observação	N	%
Fratura óssea	31	46,27%
Orifício sugestivo de perfuração por arma de fogo	15	22,39%
Corte sugestivo de necropsia	11	16,42%
Pigmentação de fumo	4	5,97%
Marcas de carbonização	3	4,48%
Objetos pessoais	3	4,48%
Total	67	100%

Quanto à possibilidade de identificação, caso houvesse documentação odontológica para

comparação, considerando-se as fichas que continham a presença de, no mínimo, três características

estritamente odontológicas, ter-se-ia a identificação de 41 ossadas (45,55%). No entanto, considerando-se as fichas que continham, no mínimo, uma característica estritamente odontológica mais a determinação do sexo e estimativa de idade, a taxa de possibilidade de identificação aumentaria para 64 ossadas (71,11%).

DISCUSSÃO

A identificação odontológica depende, principalmente, da qualidade dos pontos convergentes obtidos durante o confronto odontolegal entre as informações dos documentos produzidos em vida com as do cadáver. Com isso, poderá se correlacionar, com maior ou menor grau de certeza, como sendo mesma pessoa¹¹.

O serviço médico-legal se torna extremamente fundamental em localidades de altos índices de violência, como no Espírito Santo, onde dados de 2014 o apontaram como terceiro estado mais violento do Brasil¹² e, somado a Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco, representam acima de 70% do total de homicídios de

jovens acontecidos em todo o país¹³.

A pesquisa apontou que a maior parte das ossadas é procedente da região da Grande Vitória. Apesar de o DML possuir três unidades no interior do Espírito Santo (Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares), apenas o DML de Vitória possui o serviço de Antropologia Forense, portanto, independente da localidade onde as ossadas forem encontradas, elas são enviadas à unidade de Vitória para análise. Este resultado mostra que os picos de violência ainda continuam fortemente concentrados nos principais municípios do estado (Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória)¹⁴.

Observou-se um alto número de ossadas incompletas e com fraturas ósseas, possivelmente decorrentes da incorreta manipulação dessas ossadas. Isso denota a necessidade de maior atenção durante a recuperação, transporte e armazenamento das ossadas¹⁵, o que requer melhor instrução dos profissionais que realizam estas funções, já que o estado de conservação das peças influencia diretamente no resultado que será obtido.

A determinação do sexo e estimativa da idade foram obtidas através da análise qualitativa das características das ossadas. As características analisadas para determinar o sexo foram glabella, proeminência occipital, processo mastóide, ângulo mandibular, processo estilóide, enquanto a idade foi estimada a partir das suturas cranianas. A pesquisa apontou maior acometimento do sexo masculino e da faixa etária menor que 30 anos. É comum relacionar que as faixas mais jovens são preferencialmente atingidas por mortes de causa externa¹⁶. A conexão entre jovens do sexo masculino e a morte violenta é feita imediatamente através das estatísticas nacionais de mortalidade. Em 2008, 93,9% das vítimas de homicídios eram homens jovens¹⁷. Essas vítimas são, na maior parte das vezes, jovens do sexo masculino, entre 15 a 29 anos^{16, 17, 18}, moradores de áreas de baixa renda e com algum envolvimento com drogas ilícitas^{17,18}.

Outro importante dado obtido foi a presença de orifício sugestivo de perfuração por arma de fogo (PAF) presente em quase um-quarto das

ossadas, que sugere que esses instrumentos estão fortemente ligados à causa dessas mortes, assim como sugerido na literatura^{16,18}.

Foram encontradas diversas peculiaridades que contribuem para a individualização das ossadas, como condições resultantes de tratamentos dentais ou pela falta dele, variações anatômicas marcantes, como diastema e exostoses, objetos pessoais, além da própria combinação entre dentes ausentes e presentes.

A utilização dos dentes como meio de identificação se torna importante, principalmente, quando o reconhecimento visual,¹⁹ apesar de não ser considerado um método primário de identificação, ou a identificação datiloscópica não são possíveis¹⁹. Diferentemente da datiloscopia, onde são necessários 12 pontos convergentes para se afirmar a identidade, a perícia odontolegal, que também apresenta metodologia comparativa, não necessita de um número específico de pontos convergentes.

Acharya e Taylor²⁰, revisaram 245 casos de identificação odontolegal positiva e constataram que em 19% dos casos foram obtidos de 1 a 11

pontos convergentes de confronto. Apesar da baixa quantidade de pontos coincidentes, a identificação foi estabelecida devido à qualidade da documentação.

Sabe-se que quanto maior o número de informações *antemortem* existirem, maiores são as possibilidades de comparação, porém também é válido que a qualidade desses pontos influencia no processo de identificação. Portanto, como não há descrito na literatura uma quantidade mínima específica de pontos coincidentes para se estabelecer a identificação positiva, os autores buscaram criar um padrão próprio para o cálculo da possibilidade de identificação, de acordo com o que melhor se enquadrava na amostra da pesquisa. Foi considerado como possível de identificação, primeiramente, as fichas que continham descritas a presença de, no mínimo, três características individualizadoras estritamente odontológicas e, após isso, um segundo cálculo a parte foi feito, considerando possível de identificação as fichas que continham descritas, no mínimo, uma característica individualizadora estritamente odontológica associado a informações da identificação geral

(sexo e idade), admitindo-se que o método odontológico não ocorre de maneira isolada durante o processo de identificação humana e, muitas vezes, é possível estimar essas informações.

Vale lembrar que, não raro, uma característica individualizadora pode gerar mais de um ponto para comparação. Acharya e Taylor²⁰ relataram um caso onde havia apenas uma radiografia relacionada à extração da raiz residual de um dente e as informações pessoais na ficha do paciente. A radiografia periapical exibia a presença dos dentes 13, 14 e 15, com suas particularidades anatômicas e procedimentos odontológicos efetuados. Foram obtidos oito pontos concordantes relacionados ao número de dentes presentes e ausentes, procedimentos odontológicos efetuados e características morfológicas que culminaram na identificação positiva.

Portanto, o estabelecimento de uma quantidade mínima de pontos coincidentes para identificação positiva é desnecessário, já que a pesquisa mostrou que quase metade das ossadas poderiam ser identificadas com um baixo número

de informações, caso houvesse material para comparação. Os resultados também apontam para a importância de uma equipe multiprofissional durante o processo de identificação, já que obteve-se resultados consideravelmente mais altos quando as técnicas foram associadas.

Não se pode deixar de lado a discussão sobre a necessidade de que haja material produzido *antemortem* pelo cirurgião-dentista para comparação. O profissional tem obrigação de registrar a condição inicial, as particularidades que o paciente apresenta e os procedimentos realizados. Esses registros são necessários, primariamente, para o desenvolvimento clínico do tratamento, mas, além disso, essa documentação poderá fornecer importantes informações em casos de identificação humana²¹. No entanto, por diversas vezes os prontuários inexistem ou não possuem informações suficientes para auxiliar em uma identificação²⁰. A presença e a posição de cada dente e as suas respectivas características anatômicas, restaurações e componentes patológicos proporcionam dados

importantes para a identificação humana. Mais ainda, as variações anatômicas são frequentes modificações da normalidade em número, tamanho ou morfologia que apresentam grande interesse médico-legal pelo fato de diferenciarem os indivíduos que as possuem²². A análise de radiografias tornou-se uma ferramenta fundamental nos processos de identificação humana em odontologia legal. Elas podem fornecer um grande número de informações do indivíduo, a respeito das características anatômicas e resultantes de tratamentos dentais²³. E mesmo que um prontuário não possua muitas informações valiosas, como as radiografias, apenas a presença de anotações sobre a condição dental podem ser essenciais para se estabelecer a identificação positiva²¹.

Um estudo que investigou os registros do Laboratório de Antropologia Forense e Odontologia Legal do Instituto Médico Legal (IML) de Santo André/SP, referentes aos anos de 2000 a 2007, comprovou a importância da perícia odontolegal ao revelar que em 66,67% dos laudos periciais onde

houve identificação, isto ocorreu por meio de confronto com o prontuário odontológico²⁴.

Porém, nada disso é efetivo se não houver a presença do profissional adequado para analisar os documentos, já que este trabalho requer conhecimento específico da ciência odontológica. Infelizmente, assim como no Espírito Santo, muitos IMLs no Brasil não possuem especialistas em Odontologia Legal²⁵. Isso se deve, majoritariamente, pela não obrigatoriedade legal da presença desse profissional que, comumente, têm suas funções desempenhadas por médicos.

Esta pesquisa mostrou que grande parte das ossadas possuem elementos suficientes que permitiriam identificá-las pelo método odontológico se houvesse documentação para comparação. Entende-se que há, primeiramente, uma dificuldade em se obter o material para comparação, mas, é possível que parte dessas ossadas poderiam ser identificadas por esse método se houvessem profissionais capacitados para a função. Diante disso, o odontologista é o profissional mais qualificado para a avaliação de quaisquer exames que

envolvam elementos da cavidade oral²⁶ e máximos esforços devem ser mobilizados para que ele seja inserido de forma integral ao quadro permanente dos IMLs de todo o país. Isso, de fato, melhoraria a resolubilidade dos serviços prestados pela instituição.

CONCLUSÃO

O perfil das ossadas não identificadas armazenadas no setor de Antropologia Forense do DML de Vitória/ES obtido pela pesquisa mostrou que a maior parte das ossadas é incompleta e procedente de cidades da Grande Vitória, sexo masculino e menor de 30 anos de idade, com, no mínimo, uma ausência dental *antemortem*, até 16 dentes presentes na hora do exame e terceiros molares ausentes ou inclusos.

O levantamento dos dados mostrou que, caso houvesse documentação odontológica para comparação, seria possível identificar quase metade das ossadas e que esse número aumenta consideravelmente quando diferentes técnicas são associadas. Portanto, mais uma vez mostrou-se fundamental a presença do

odontologista no auxílio à identificação humana.

ABSTRACT

Introduction: One of the roles of forensic dentistry is related to the identification of victims due to the advantages that the study of the teeth has over other identification techniques. The dental method is one of the best and most efficient methods of human identification, due to its reliability, low cost, easily and quickly. Objective: To obtain the profile of unidentified bones stored at the Forensic Anthropology Sector of Forensic Department (DML) of Vitória/ES and verify the possibility of identification by dental method, if there was documentation for comparison. Methods: This a quantitative, descriptive and cross-sectional study that analyzed 90 bones of secondary data examined from August 2012 to May 2015. Were analyzed input year at DML, place of origin, skull composition, estimated of age and sex, antemortem missing and present teeth, dental condition, third molars and anatomical variations. Results: Most of them had to be incomplete (53,33%) and was admitted to the DML past 15 years (86,67%). Had at least one dental antemortem absence (64,44%), had up to 16 teeth (55,78%) at the time of examination and missing or enclosed third molars (51,11%). Various dental conditions were found as fillings, cavitations and residual roots, in addition to anatomical variations. Conclusion: The profile resulting showed that most of the bones is male (47,78%), less than 30 years of age (32,22%) and coming from the Greater Vitória cities (41,11%). If there were dental records for comparison, it would be the identification of the bones 41 (45,55%), increasing to 64 bones (71,11%) when different techniques are associated.

KEYWORDS

Forensic Dentistry. Human Identification. Forensic Anthropology.

REFERÊNCIAS

1. Couto RC. Perícias em Medicina & Odontologia Legal. Rio de Janeiro: Medbook; 2011.
2. Vanrell JP. Odontologia Legal & Antropologia Forense. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2009.
3. Assis C. Perícia Odonto Legal. Rev Bras Odontol. 2011; 68(1):72-5.
4. Oliveira RN, Daruge E, Galvão LCC, Tumang AJ. Contribuição da odontologia legal para a identificação "post-mortem". Rev Bras Odontol. 1998; 55(2):117-22.
5. Frari P, Iwashita AR, Caldas JCFG, Scanavini, MA, Daruge Junior E. A importância do odontologista no processo de identificação humana de vítima de desastre em massa: sugestão de protocolo de exame técnico-pericial. Odonto. 2008; 16(31):38-44.
6. Santos UDD. Principais meios de identificação humana em odontologia legal [monografia]. Contagem: Instituto de Ciências da Saúde, Faculdades Unidas do Norte de Minas; 2011.
7. Jordão NQ, Santiago APACS, Montenegro JB. Identificação de corpos

- carbonizados no IML-PE [Internet]. [atualizado em 01 Jan 2013; citado em 10 Out 2014]. Disponível em: http://www.derechoycambiosocial.com/revista031/IDENTIFICA%C3%87%C3%83O_DE_CORPOS_CARBONIZADOS.pdf
8. Araújo LG, Biancalana RC, Terada ASSD, Paranhos LR, Machado CEP, Silva RHA. A identificação humana de vítimas de desastres em massa: a importância e o papel da Odontologia Legal. RFO. 2013; 18(2):224-9.
9. Galvão MF. Importância do cirurgião-dentista nos IML [Internet]. Brasília: Coordenação de Pós-graduação, Faculdade de Medicina, Universidade de Brasília; 1998 [citado em 8 Jun 2014]. Disponível em: <http://www.malthus.com.br/artigos.asp?id=135#set>
10. Espírito Santo (BR). Atuação da Polícia Civil [Internet]. Vitória: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo [atualizado em 13 Mai 2010; citado em 8 Jun 2014]. Disponível em: <http://www.pc.es.gov.br/instituicao/73>
11. Silva RF, Prado MM, Oliveira HCM, Daruge Júnior E. Quantos pontos de concordância são necessários para se obter uma identificação odontológica positiva? Rev Odontol Univ Cid Sao Paulo. 2009; 21(1):63-8.
12. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 8ª Ed. São Paulo: URBANIA; 2014.
13. Waiselfisz JJ. Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008. Brasília: RITLA; 2008.
14. Waiselfisz JJ. Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil, Espírito Santo. São Paulo: RITLA; 2011.
15. Oliveira RN, Melani RF, Antunes JL, Freitas ER, Galvão LC. Postmortem tooth loss in human identification processes. J Forensic Odontostomatol. 2000; 18(2):32-6.
16. Gawryszewski VP, Kahn T, Jorge MHPM. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. Rev Saúde Pública. 2005;39(4):627-2.
17. Gomes FB, Silva JM, Garabeli, AA. A relação entre as espacialidades de jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa - Paraná. Caderno Prudentino de Geografia. 2013; 35(3):154-74.
18. Sepúlveda HVR. Perfil dos óbitos por causas externas no município de Cachoeiro de Itapemirim, sul do estado do Espírito Santo, 1997 a 2002 [monografia]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo; 2005.
19. Almeida CA, Paranhos LR, RHA Silva. A importância da odontologia na identificação post-mortem. Odontologia e Sociedade 2010; 12(2):7-13.
20. Acharya AB, Taylor JA. Are a minimum number of concordant matches needed to establish identity in forensic odontology? J Forensic Odontostomatol. 2003; 21(1):6-13.
21. Adams BJ. Establishing personal identification based on specific patterns of missing, filled and unrestored teeth. J Forensic Sci. 2003; 48(3):487-96.

22. Machado DAT. Anomalias dentárias e a sua importância no processo de identificação humana [monografia]. Porto: Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa; 2014.

23. Carvalho SPM, Silva RHA, Lopes Jr C, Sales-Peres A. A utilização de imagens na identificação humana em odontologia legal. Radiol Bras. 2009; 42(2):125-30.

24. Paranhos LR, Caldas JCF, Iwashita AR, Scanavini MA, Paschini R de C. A importância do prontuário odontológico nas perícias de identificação humana. Rev Fac Odontol Univ Passo Fundo. 2009; 14(1):14-7.

25. Cintra JAA. A importância da odontologia legal no exame de corpo delito [dissertação]. Piracicaba: Faculdade de Odontologia de Piracicaba da Universidade Estadual de Campinas; 2004.

26. Silveira EMSZSF. A importância do odontologista dentro do Instituto Médico Legal. Rev Bras Med Trab. 2013; 11(1):34-9.